

O DISCURSO TERMINOGRÁFICO NA VIAGEM FILOSÓFICA (1783-1792) DE ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA*

Lídia Almeida Barros
Unesp - São José do Rio Preto

RESUMO: *Neste trabalho, discutiremos a presença de um discurso terminográfico em relatos de viajantes produzidos no período colonial brasileiro. Mais especificamente, procuraremos mostrar como essa questão se apresenta na obra de Alexandre Rodrigues Ferreira, Viagem filosófica, escrita entre 1783 e 1792. Procuraremos situar a obra e seu autor na história das idéias científicas.*

ABSTRACT: *In this paper we will discuss the presence of a terminographic discourse in travelers' reports produced in colonial Brazilian period. More specifically, we will try to show how this issue is presented in the work of Alexandre Rodrigues Ferreira, Viagem filosófica ("Philosophical Travel"), written between 1783 and 1792. We will search to situate the work and its author in the history of scientific ideas.*

Ao procedermos a uma pesquisa específica sobre a história da Terminografia médica no Brasil, defrontamo-nos com algumas questões fundamentais à delimitação do campo de estudo e à abordagem a ser adotada. Verificamos que uma pesquisa de cunho histórico sobre os dicionários especializados (em Medicina ou em qualquer outro domínio técnico ou científico) que deseje ser abrangente não pode se ater ao conceito atual de Terminografia.

Ao estudarmos as obras brasileiras que vão do período colonial até ao final do século XIX, apresentaram-se alguns elementos que consideramos preciosos para o estudo da história dos dicionários brasileiros especializados que não seriam levados em consideração caso nos atives-

* Referências bibliográficas: no final do artigo
Data de recebimento do artigo – 21/09/2003
Data de aceitação do artigo – 17/11/2003

semos à Terminografia *stricto sensu*. Nesse sentido, alargamos nosso campo de pesquisa e incorporamos ao nosso *corpus* documentos que, dentro de uma tipologia geral de obras, não se caracterizam de modo algum como dicionários, mas que:

1. são documentos técnicos ou científicos;
2. abordam temas de domínios especializados;
3. têm como objetivos registrar um conhecimento especializado e transmiti-lo¹;
4. para tanto, empregam conjuntos vocabulares que assumem o estatuto de conjuntos terminológicos, na medida em que representam e transmitem um conhecimento especializado;
5. em seu interior, dão a alguns dados um tratamento que se assemelha ao lexicográfico, ou seja, em que:
 - a. termos são descritos, no próprio corpo do texto, por meio de um enunciado parafrástico de tipo definicional;
 - b. termos são descritos em enunciados que são dispostos, no plano formal e gráfico, isoladamente uns dos outros (em forma de verbetes),
 - c. esses termos constituem entradas desses “verbetes”;
 - d. as entradas são dispostas segundo certos princípios de estruturação (nem sempre evidentes à primeira vista) e formam um conjunto determinado;
 - e. as mensagens se organizam em dois sentidos, ou seja, verticalmente (na “macroestrutura”) e horizontalmente (na “microestrutura”);
 - f. os enunciados “lexicográficos” transmitem informações de tipo lingüístico, metalingüístico ou enciclopédico.

Nesse sentido, muitos textos científicos elaborados no período colonial brasileiro apresentam as características que acabamos de mencionar; embora não sejam dicionários, neles encontramos um *saber terminológico*, no sentido de conhecimento provindo da descrição do léxico especializado empregado nesses documentos. Também ali se verifica um tratamento de tipo “dicionarístico” dos dados terminológicos, estes entendidos como “dados relativos a um conceito ou à sua designação” (ISO 1087, 1990, p. 9). Assim, consideramos que o resgate da história da Terminografia brasileira – e em nosso caso específico, da Terminografia médica no Brasil – não pode alijar do estudo esse tipo de documento.

Cumpramos ainda ressaltar que esse procedimento já foi adotado pela Lexicografia brasileira em estudos que procuram recuperar sua história. Verificamos, aliás, que boa parte do trabalho por ela desenvolvido se deu na análise de textos de cunho técnico e científico. Nesse sentido, uma

parte da história da Terminologia/Terminografia brasileira já teria sido estudada pela Lexicografia.

Neste artigo nosso objetivo primeiro é o de evidenciar a presença de um discurso lexicográfico – e mesmo terminográfico – na obra *Viagem Filosófica* (séc. XVIII), de Alexandre Rodrigues Ferreira, e mostrar como ele se realiza. Procuraremos caracterizar o documento enquanto tipo de obra, fornecer dados biográficos sobre o mesmo e seu autor e contextualizá-los dentro de uma perspectiva da história das idéias científicas, tanto das Ciências Naturais, quanto da Terminologia/Terminografia. Não perdendo também de vista nosso projeto maior (pesquisa sobre dados históricos de dicionários médicos no Brasil), procuraremos ilustrar nossas observações com dados relativos a aspectos médicos contidos na obra. Antes, porém, de darmos início a essa análise, convém precisar alguns princípios teóricos nos quais nos baseamos e definir, de modo mais claro, nossa postura científica.

1. Saber lexicográfico: referente, léxico e discurso lexicográfico

A história da Lexicografia brasileira encontra na tese de Doutorado de José Horta Nunes (1996) uma das suas melhores pesquisas. Para esse autor, estudá-la “implica considerar a história do saber sobre o léxico, desde a época colonial até o momento de reivindicação de uma língua nacional distinta do português de Portugal” (Nunes, 1996: 1). Nesse sentido, propõe, com fins metodológicos, uma delimitação conceitual, a saber:

“Para começar, faremos uma *distinção* entre o *discurso de constituição do léxico* e o *discurso lexicográfico*. O primeiro inclui diversas práticas que realizam um trabalho metalingüístico envolvendo elementos lexicais (segmentação, comentários, descrições, definições), com objetivos variados, por exemplo: descrever a natureza, produzir literatura, construir conceitos científicos. O segundo se refere a um domínio específico: o da elaboração de dicionários de língua. Trataremos esta prática como um trabalho de instrumentação da língua, que se realiza em vista de determinados interesses práticos. *É sobretudo este último caso que nos interessa; mas importa também mostrar de que modo o primeiro domínio incide sobre o segundo*”². (Nunes, id.: 4)

Numa linha de continuidade, que se inicia no *discurso de constituição do léxico* e chega ao *discurso lexicográfico* no Brasil, estabeleceu-se o que o autor chamou de *saber lexicográfico*:

“*O saber lexicográfico*³ de que trataremos aqui é aquele que se inicia no Brasil com os primeiros escritos sobre o país. Nesse sentido, ele surge juntamente com a etnografia (conhecimento dos povos indígenas), a economia (mercantilismo) e a geopolítica (expansão territorial das nações européias), em seus momentos precursores, introduzido através de relatos de viajantes, colonos e missionários. Tais textos estão pontuados por citações de termos indígenas, de modo que é formulada uma constelação de comentários lexicais”. (Nunes, 1996: 11)

Assim, as cartas, relatos de viajantes, narrativas oficiais, estudos científicos (Tratados) produzidos no período colonial, que descreviam o Brasil em seus diferentes aspectos, em muito contribuíram para a elucidação de conjuntos léxicos indígenas e para o enriquecimento do português do Brasil, sobretudo no que concerne a unidades lexicais que designavam *coisas* exóticas, próprias do local ou nele existentes, desconhecidas dos colonizadores ou de cientistas estrangeiros. Ao falar sobre as *coisas*, e ao descrevê-las nos documentos, produzia-se um discurso de tipo lexicográfico. Essa é, aliás, uma característica marcante dos documentos elaborados então, o que contribuiu para a construção de um saber sobre *as coisas*, as designações e os conceitos. Sobre essa questão, Nunes diz:

“Os comentários dos viajantes se direcionam para as coisas do Novo Mundo, de maneira que a questão da *referência* torna-se importante nesse contexto. Ao descrever as novidades do país, esses falantes colocam em evidência os referentes. Fala-se de lugares, animais, plantas nunca vistos (embora já nomeados pelos autóctones); fala-se de coisas não-idênticas, mas semelhantes; constata-se a existência ou inexistência de coisas.

Nessas circunstâncias, a organização dos espaços lexicais está intimamente relacionada com a geografia e a economia, com os interesses de conquista e de comércio. Esse estado do saber lexicográfico envolve uma variada tipologia discursiva, em que se incluem narrações, descrições, traduções e diálogos. Temos em vista, sobretudo, os deslocamentos que ocorrem quando se passa de uma configuração dispersa, pontual, dos comentários lexicais inseridos nesses diferentes tipos de discurso, a uma configuração localizada, que já se pode observar nos próprios viajantes, com a elaboração de listas de palavras com comentários ou explicações.” (Nunes, 1996: 12)

Nesse sentido, o saber lexicográfico que marcou o período colonial brasileiro construiu-se (ou se manifestou), em parte, em documentos que procediam a descrições das coisas da terra e do léxico que as designava, sem, entretanto, terem um caráter puramente lexicográfico. Assim, descreviam as palavras no próprio texto, utilizando, para tanto, um enunciado de tipo definicional; por vezes, anexavam listas temáticas, que geralmente compreendiam termos em línguas indígenas com os respectivos equivalentes em português; ou ainda, organizavam as informações sobre determinado termo em forma muito parecida com a de verbetes dos dicionários.

Telmo Verdelho também observa a presença de uma *lexicografia implícita* em documentos portugueses antigos que não se caracterizavam como dicionários:

“A emergência da escrita entre os vernáculos europeus, desde a recuada Idade Média, paralelamente à escolarização do latim, deu naturalmente origem à dicionarização das línguas vulgares. Gerou-se em primeiro lugar uma espécie de *lexicografia implícita* que tecia os próprios textos e facilitava a compreensão do vocabulário característico da escrita, forçosamente mais amplo e menos quotidiano do que o da língua oral. Os textos que dão testemunho das primeiras tentativas do uso da escrita em vernáculo português e ainda quase toda a produção textual subsequente, até aos tempos modernos, vêm marcados por esse *esforço metalingüístico de clarificação e autodescodificação, próximo da informação lexicográfica*. Muitos textos medievais portugueses parecem ser construídos com a preocupação de fornecerem um fácil acesso à significação do seu próprio léxico, apresentando um estilo parafrástico, enquadrado por muitas palavras redundantes e freqüentemente entretecido por *verdadeiras definições lexicográficas*. Os exemplos mais elucidativos poderão recolher-se nos textos jurídicos de Afonso X, tais como as *Partidas* e o *Foro Real* traduzidos do castelhano logo nos primeiros séculos da escrita em língua portuguesa. (Ferreira 1980 e 1987). Os textos da Casa de Avis, e muito especialmente o *Leal Conselheiro* de D. Duarte, oferecem também bons *exemplos de fundo pré-dicionarístico que acompanhou o início da memória textual portuguesa*. O *Leal Conselheiro* apresenta-se mesmo como obra de *tipo paralexográfico* nas declarações do próprio autor (“E fillayo por hûu A B C de lealdade”)²⁴. (Verdelho, 2002: 16)

Verifica-se, portanto, que, em Portugal e no Brasil, um *saber lexicográfico* ou uma *lexicografia implícita* marca diversos documentos antigos, embora por motivos e em situações diferentes, como não poderia

deixar de ser, uma vez que “o saber lingüístico é um produto histórico, localizado em um tempo e em um espaço” (Nunes, 2002).

No âmbito deste trabalho, apoiamo-nos nos conceitos propostos por Nunes e Verdelho, porém com algumas adaptações: não distinguiremos *discurso de constituição do léxico* de *discurso lexicográfico*, ao contrário, preferimos empregar este último em um sentido mais abrangente. Ou seja, o termo *discurso lexicográfico* assumirá, neste artigo, o sentido dado por Nunes a *discurso de constituição do léxico*, e dado por Verdelho a *lexicografia implícita* ou a *texto paralexográfico*. Nossa postura teórica procura se adaptar ao nosso objeto de estudo, visto que, diferentemente de Nunes e Verdelho – que estudaram também obras de caráter eminentemente lexicográfico – ater-nos-emos à análise de apenas um documento no qual se evidenciam elementos de tipo lexicográfico, mas que não tinha, quando de sua redação, nenhuma intenção de se caracterizar como dicionário.

Ao falarmos de “tratamento dicionarístico” aplicado a *dados terminológicos*, automaticamente somos induzidos a pensar em *saber (ou fazer) terminográfico*. Convém, porém, a nosso ver, não empregar de modo generalizado essa expressão, uma vez que, se por um lado é verdade que em alguns documentos se evidencia um tratamento que em certos aspectos lembra a metodologia empregada pela Terminografia moderna, por outro, alguns documentos não permitem essa observação.

Com efeito, por Terminografia a Norma ISO 1087 compreende “o registro, tratamento e apresentação de dados terminológicos obtidos por uma pesquisa terminológica” (ISO 1087, 1990). A Terminografia constitui, juntamente com a *análise terminológica* (entendida como o “estudo sistemático dos conceitos e dos termos de acordo com os princípios e métodos da ciência da Terminologia” (*Idem, ibidem*)), o *trabalho terminológico*, definido como uma “atividade relativa à sistematização e à representação dos conceitos, assim como da apresentação de terminologias de acordo com os princípios e métodos estabelecidos” (*Idem, ibidem*). Assim, se nos ativermos a esses conceitos, a pesquisa deve se restringir aos dicionários especializados cuja elaboração se baseia em princípios teóricos e metodológicos próprios da Terminologia moderna e da Terminografia como concebida acima.

Nesse sentido, acreditamos ser mais prudente falar de modo genérico de *saber (ou fazer) lexicográfico* ou ainda de *discurso (de tipo) lexicográfico*, reservando o emprego de *saber (ou fazer) terminográfico* ou *discurso terminográfico* às manifestações discursivas que resultam de um tratamento dos dados que se assemelha, de alguma maneira, ao adotado pela Terminografia atual. No caso da obra de Alexandre Rodrigues Ferreira, acreditamos poder afirmar que se enquadre neste último caso, como exporemos mais adiante.

2. A Viagem Filosófica

2.1. *Dados biográficos do autor e da Viagem Filosófica*

Algumas espécies da flora e da fauna brasileiras, inclusive de uso medicinal, foram descritas nas *Memórias* de Alexandre Rodrigues Ferreira quando de sua *Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*, efetuada entre 1783 e 1792. Esse brasileiro, nascido na Bahia em abril de 1756, doutorou-se em 1779 em Ciências (Naturais) na Universidade de Coimbra. Em 1783, por solicitação de Dona Maria I, empreendeu a famosa viagem ao Brasil. Seu objetivo era recolher material e fazer observações naturalistas, filosóficas e políticas sobre tudo o que encontrasse na terra. Iniciou seu percurso pela Ilha de Marajó, percorreu o Rio Negro, Rio Branco e Serra de Canauaru (Nevada). Permaneceu por algum tempo em Barcelos, então capital da Capitania de São José do Rio Negro. Dali partiu em 1788 para Vila Bela, na época capital do Mato Grosso, tendo subido os rios Madeira e Guaporé. Nessa parte da viagem foi acometido por malária, que o deixou em estado grave. Chegou à Vila de Cuiabá, tendo seguido os rios Cuiabá, São Lourenço e Paraguai (Ferreira, 1972, p.7-8).

Ao chegar ao Pará, preparando-se para embarcar para Portugal, soube que o Capitão Luiz Pereira da Cunha, que tinha arcado com as despesas de remessa de todo o material da expedição para a Corte, não tinha sido reembolsado. Tratava-se de um montante elevado, correspondente, na época, ao dote que o Capitão pretendia pagar ao casar a filha. Conta a história que, ao tomar conhecimento do ocorrido, Alexandre Rodrigues Ferreira teria se indignado e, para tentar ressarcir o Capitão de tamanha despesa, afirmou: “— *Isso não servirá de embaraço a seu casamento; eu serei quem receba essa sua filha por mulher*”. E, assim, casou-se com Dona Germana Pereira de Queiroz Ferreira, filha do Capitão (Ferreira, 1972). De retorno a Portugal, foi condecorado e nomeado a diversos cargos ligados ao Real Gabinete de História Natural e Jardim Botânico, Reais Quintas e Deputado da Real Junta de Comércio.

As *Memórias* de Ferreira já estavam prontas para publicação, com as descrições feitas e as ilustrações prontas, quando, em 1808, o governo francês, que se instalou em Portugal após a invasão das tropas napoleônicas, requisitou, a pedido de Geoffroy de Saint-Hilaire, os originais, as estampas e 592 exemplares de mamíferos, aves, peixes e répteis (que representavam 417 espécies) da fauna brasileira provenientes da *Viagem Filosófica*. A ordem de solicitação tinha o seguinte texto:

“DIRECTOR DO MUSEU DA AJUDA, SÔBRE AS
COLLECÇÕES DO REFERIDO MUSEU

Lê Duc d’Abrantes, General en Chef de l’armée du Portugal, autorise Mr. Geoffroy, membre de l’Institut de France envoyé par le Ministre de l’Intérieur pour faire des recherches sur les objects de Histoire Naturelle existants en Portugal et utiles au Cabinet de Paris, à enlever et faire encaisser pour être transportés en France les objects spécifiés dans le présent. ...pour nous depuis l’1 jusqu’à 4 et comprenant 65 espèces et 76 individus de reptiles et 89 espèces et 100 individus de poissons. Le Directeur du Cabinet Mr. Vandelli donnera à Mr. Geoffroy toutes les facilités qui dépendront de lui pour les objects, et la présent ordre restera déposé entre les mains de Mr. Vandelli pour sa decharge.

Lisbonne, le 3 juin 1808. – Le Duc d’Abrantes.” (Neiva, 1922: 16-17)

Alexandre Rodrigues Ferreira teve, portanto, o desgosto não apenas de vivenciar a usurpação de seu trabalho pelo naturalista francês, mas também pelo fato de sua obra não ter sido publicada antes de sua morte. Em 1815, ano de seu falecimento, os manuscritos retornaram a Portugal, mas continuaram inéditos. Os motivos dessa não-publicação atêm-se, além de outros, a questões políticas:

“Os manuscritos de Rodrigues Ferreira, levados para Paris, foram devolvidos em 1815, e sua publicação foi bastante postergada, pois na época não convinha pôr em risco o monopólio do usufruto dos recursos naturais da Colônia. É o que afirma o próprio Costa e Sá que fizera o elogio científico de Rodrigues Ferreira: ‘Razões políticas pareciam recomendar toda a reserva na publicação das memórias (...) razões que, tanto para nós quanto para o Brasil, totalmente hoje desapareceram’. Tudo faz crer que os manuscritos eram exclusivamente para uso oficial. As instruções de viagem eram claras: ‘não são os governadores que devem ser informados das qualidades dos produtos, ou sua quantidade, lugar e uso: só à Secretaria de Estado de Negócios de Ultramar se devem revelar estes segredos’. Neste particular, houve quem afirmasse que a missão de Rodrigues Ferreira foi ‘mais uma obra de inspetor do que de um naturalista’.” (Instituto Pau Brasil, 2003: 4)

A obra de Ferreira não foi publicada na época em Portugal, tendo o governo desse país transferido os manuscritos para o Brasil. A maior parte deles se encontra na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (2097

páginas de originais, 1333 de cópias, 1169 estampas, cartas geográficas e plantas arquitetônicas e 192 documentos sobre o autor e sua viagem). Outros documentos se encontram no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Arquivo Nacional, em Portugal e em Paris (Silva, 2003, p. 2). Em 1983, o Museu Emilio Goeldi publicou, em Belém, a *Viagem Filosófica ao Rio Negro*; em 1972, o Conselho Federal de Cultura do Brasil publicou em um só volume os relatos sobre Zoologia e Botânica, ilustrados com algumas estampas, da *Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*.

Ferreira não foi apenas naturalista, tendo produzido uma variada gama de trabalhos:

“Além dos diários e participações; das memórias e notícias de Botânica, Zoologia, Mineralogia, Antropologia, Medicina, História e Geografia que escreveu sobre a Amazônia; fez traduções, redigiu peças oratórias em português e em latim, recolheu informações de terceiros, através de pesquisas encomendadas sobre Medicina, Agricultura, Política, Arquitetura etc., produziu uma rica correspondência ativa e uma correspondência passiva não menos interessante.” (Silva, 2003: 2)

Dentre esses trabalhos, destacamos (tendo sempre em mira nosso interesse pela Medicina) os que deram origem ao documento *As boticas do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira (fim do século XVII)*, publicado em Separata nos Anais da Faculdade de Farmácia do Porto (Portugal), em 1949, por Américo Pires de Lima. Outros documentos também versavam sobre questões médicas, como o Tratado sobre as enfermidades endêmicas usuais nas Capitânicas do Rio Negro e do Mato Grosso, documentos esses que poderão vir a constituir em futuro próximo objeto de nossa análise, sempre com o objetivo de se resgatar a história da Terminografia médica no Brasil.

2.2. O autor e sua obra no contexto da história das idéias

A análise da obra de Ferreira pode também ser feita dentro de uma perspectiva da história das idéias, ou melhor, é importante situar o cientista e sua pesquisa no momento histórico e verificar sua postura diante de seu objeto de estudo. Nesse sentido, uma primeira observação concerne à situação da Medicina no Brasil da época e o papel dos naturalistas europeus nesse contexto:

“O advento da “Ciência” Iluminista na Europa trouxe modificações na área do saber médico, com novas aberturas às pesqui-

sas; uma nova maneira de situar o homem renascentista na natureza. Contudo, tais conquistas por muito tempo estiveram distanciadas das colônias, impondo-se a Medicina como ciência somente na metade do século XIX. Neste caso, o progresso acusado na relação da botica da Viagem Philosophica (1783-1792) é intensificado por um conhecimento da flora medicinal da América Portuguesa, presente no interesse do naturalista europeu desde o século XVII, haja vista o tratado de Medicina Tropical e Piso.” (Carreira, 2002: 19)

O interesse dos naturalistas de diferentes nacionalidades européias pelas riquezas da flora e da fauna brasileiras era grande, haja visto o número de pesquisadores que para cá se dirigiam com o objetivo de estudar esses aspectos de nosso país, além de efetuar observações concernentes aos povos que aqui habitavam, seus costumes, medicina e línguas. Ferreira, porém, além de seu interesse por seu país natal enquanto naturalista, serve a uma política imperialista de Portugal, que precisa conhecer os recursos que lhe oferecem suas colônias para melhor explorá-las comercialmente. Assim como ele foi enviado para o Brasil, outros naturalistas portugueses foram enviados, com os mesmos objetivos, para outras terras sob controle da metrópole portuguesa. Uma das questões que nos colocamos é: qual a postura científica de Ferreira diante de seu campo de estudo? Como resposta poderíamos dizer:

“A formação do naturalista talvez refletisse, juntamente com a de seus colegas que seguiam para outras colônias, as idéias do Reitor brasileiro Francisco de Lemos Faria Pereira Coutinho, que coordenara uma profunda reforma da Universidade de Coimbra por determinação do Marquês de Pombal, durante o reinado de Dom José I (1750-1777): “A faculdade de pensar é livre no homem, por isso não deve ter outros limites que não sejam os da razão e da religião”.

A formação universitária de Rodrigues Ferreira pode ser entendida conforme ele próprio expressou em um de seus manuscritos: “*A mim nenhum obséquio faz a Filosofia, quem a estuda por deleitável (...) o grau de aplicação que merece uma ciência mede-se pela sua utilidade*”⁵. Talvez tenha sido com essa mentalidade que partiu para sua missão no Brasil, em 1º de setembro de 1783 levando consigo a ordem de Martinho de Melo e Castro de “averiguar inscrições, costumes, literaturas, comércios, agricultura, além do peso enorme das produções dos três reinos”.” (Instituto Pau Brasil, 2003, p. 1-2)

Diante desses dados, podemos dizer que a postura de Ferreira diante da natureza é a de utilitarismo fisiocrático que marcou a exploração do Novo Continente no século XVIII. A Ciência se colocava a serviço da exploração comercial perpetrada (ou visada) por diversos países europeus, notadamente Portugal, Espanha, França e Inglaterra. Os cientistas que se lançaram nessa tarefa também tinham nacionalidades holandesa e alemã.

Outra questão que nos colocamos, em uma perspectiva da história das idéias, relaciona-se à postura de Ferreira no que concerne à Ciência de seu tempo. Diversas respostas nos são dadas por Andrés Galera:

1. A organização do mundo natural:

“Un principio que podemos aplicar al caso de Rodriguez Ferreira, pues el naturalista baiano busca y encuentra orden y sentido a sus observaciones en el modelo sistemático linneano y en la buffoniana *Histoire naturelle*, para componer, sí, un discurso elemental, antiguo y manido.

El manuscrito *Observações gerais e particulares, sobre a classe dos mamíferos* contiene su propuesta ideológica. Ferreira debe organizar los materiales recolectados, y esta necesidad sistemática es cubierta por el *Systema naturae* de Linneo, que se constituye en marco de referencia para describir y clasificar a los seres vivos. En este proceso de relación es inevitable considerar el individuo como un objeto aislado, fuera del grupo taxonómico al que pertenece, y, consecuentemente, interrogarse por el concepto de ser vivo. Su interpretación de la vida como principio natural diferencia dos niveles bien definidos: en primer lugar la cualidad material que la representa en su origen; en segundo término el mecanismo fisiológico del que dimana la existencia del organismo. Así, su respuesta a la pregunta ¿qué es la vida? atiende, por un lado, al materialismo clásico, atribuyendo a los tres reinos de la naturaleza la misma composición material. Materia que adquiere el principio vital gracias a una peculiar organización, deferenciándose a su vez en animales y vegetales por la presencia y ausencia de sentimiento. Tal y como proponen Linneo y Scopoli, por ejemplo, -cuyas obras sigue Ferreira-, la materia no organizada ni vive ni siente, constituye el universo inorgánico, el reino mineral, donde “a matéria dorme na inércia e espera a que chamen à VIDA”. Los Animales y las plantas son los objetos naturales donde la materia ha resucitado, está organizada, pero mientras los animales “vem o

SENTIMENTO unir-se a vida”, en los vegetales la materia “está animada mas como ainda não sente fica semi-viva”. Mineral, vegetal y animal son tres gradientes de perfección, componen los tres niveles de una secuencia armónica que culmina en el género Homo, cuyo caracter distintivo “consiste no conhecimento de si mesmo”.”

2. Significado de *vida*:

“En el plano individual la vida tiene un significado diferente. Determinado su origen como un principio organizativo de la materia, la pregunta ¿qué es la vida? se convierte en ¿cómo funciona un ser vivo? En su respuesta Ferreira recurre a la tradición cartesiana, aplicando el concepto de máquina para explicar el funcionamiento del organismo. “Ambas as Máquinas (Animal e Vegetal) são hidráulicas”, afirma estableciendo una identidad fisiológica entre animales y plantas que le hace deudor no sólo de Descartes sino también del ideario expuesto por Julien-Offray de La Mettrie. Tal y como propone este filósofo francés, la maquina animal y la vegetal presentan un principio de correspondencia entre las partes y sus elementos constitutivos que homogeneiza la naturaleza. Se trata del hombre-planta, la metafórica imagen acuñada por La Mettrie como símbolo de esta analógica unión: “Para juzgar sobre la analogía que se encuentra entre los dos principales reinos, debemos comparar las partes de las plantas con las del hombre, y lo que digo del hombre, aplicarlo a los animales”. Siguiendo esta teoría, no duda Ferreira en relacionar el tuétano con la médula, los huesos con la parte leñosa, los músculos con los brotes, la epidermis con la corteza, los pulmones con las hojas, el sistema circulatorio con los vasos suctorios, el aparato genital con las estructuras florales; la tierra hace las funciones del intestino, las raíces actuan como vasos quilíferos, y el calor climático remplace la función térmica del corazón: “e a planta em si, como disseram os antigos, é um animal invertido”. Y la identidad no sólo es anatómico-funcional sino también en el desarrollo: la infancia se corresponde con la germinación, la pubertad con el crecimiento, la juventud con la floración, la madured con la fructificación, y la senectud con la esfoliación . El concepto de unidad de la naturaleza alcanza, así, una valor extremo.” (Galera, 2003: 2)

3. A natureza brasileira em comparação à européia:

“La naturaleza americana ofrece también objetos exclusivos para componer la historia natural del Nuevo Mundo. En la ineludible com-

paración con los habitantes del Viejo continente está presente el ideario buffoniano, admitiendo la inferioridad de la fauna americana. Ferreira recrea un país salvaje y sombrío, una tierra cubierta de exuberante materia vegetal. Un lugar abandonado a su suerte donde “Era de esperar que aquí, semelhantes às matas do antigo continente, fossem estas também habitadas por grandes e ferozes animais como elefantes, rinocerontes, tigres e leões. Na verdade, não é assim”. Su verdad es que a “Apesar de todos estes vastos abrigos e mesmo da variedade de climas, os mamíferos da América Meridional são menos volumosos e robustos que os já citados do antigo hemisferio”. Pero esta idea de inferioridad debe superar el argumento paleontológico, que la contradice. Los hallazgos de restos óseos que podrían corresponder a grandes mamíferos, desaparecidos o desconocidos aún, semejantes al elefante es un testimonio controvertido. “Estas descobertas não dão lugar a milhares de conjecturas?”, se interroga Ferreira. Pero él no duda en seguir los pasos de Buffon y atribuir a las revoluciones del Globo el origen del caos: “Isto prova as revoluções pelas quais o nosso Globo tem passado”.” (Galera, 2003: 2)

4. O índio no imaginário europeu:

“Por último e inevitavelmente, el discurso adquire un matiz antropológico alrededor de la figura del indio. El color y la inferioridad son los argumentos, clásicos, del debate. Ferreira, aplicando la doctrina buffoniana, considera el clima como el factor responsable del color las razas humanas. Esta propuesta lleva implícita una concepción monogenista del origen del hombre que aproximaría el indio a la civilización. Y no falta la idílica visión russoniana del buen salvaje, del nativo que practica una existencia armónica con una naturaleza que le da cobijo y sustento sin otro requisito que su conformismo. Su pretendida inferioridad no es tal, sino la consecuencia de un modo particular de supervivencia. La descripción del hecho no constituye ninguna proclama subversiva contra la sociedad moderna, es, simplemente, contar la realidad. Ferreira no parece dispuesto a preparar a ningún árbol para hallar la felicidad perdida.” (Galera, 2003: 3)

Assim, apesar de ter nascido no Brasil, Ferreira tem uma formação que o faz ter uma visão endocêntrica européia. Seus modelos são Lineu, Buffon, Scopoli e La Mettrie. Seu materialismo clássico o faz ter um conceito de natureza como um ente unitário: apesar das diferenças de matéria, o funcionamento da máquina é o mesmo. Convém, entretanto, ressaltar que, embora o *Systema naturae* de Lineu esteja na base da concepção

de organização do mundo natural de Ferreira, este último o vê de modo crítico e propõe adaptações. Essa questão ficará mais clara no item 2.4. *Organização sistemática do domínio e da terminologia* deste trabalho.

2.3. *Expressões do discurso terminográfico na obra*

Esse trabalho interessa ao nosso estudo, na medida em que é um exemplo (ilustre) de texto que descreve a fauna, a flora e os habitantes do Brasil recorrendo freqüentemente a um discurso terminográfico. Organiza os dados em capítulos temáticos e, no interior deste, dispõe as informações sob a forma de verdadeiros verbetes, que se inserem em verdadeiros campos conceptuais, como podemos verificar nas ilustrações abaixo:

**VII. RELAÇÃO DOS ANIMAIS QUADRÚPEDES, SIL-
VESTRES, QUE HABITAM NAS MATAS DE TODO O
CONTINENTE DO ESTADO DO GRÃO-PARA, DIVI-
DIDOS EM TRÊS PARTES: PRIMEIRA, DOS QUE SE
APRESENTAM NAS MESAS POR MELHORES; SE-
GUNDA, DOS QUE COMEM OS ÍNDIOS EM GERAL
E ALGUNS BRANCOS QUANDO ANDAM EM DILI-
GÊNCIA PELO SERTÃO; TERCEIRA, DOS QUE
NÃO SE COMEM**

PRIMEIRA

OS MAIS UTILIZADOS NA ALIMENTAÇÃO EM GERAL

1. **QUEIXADA** — porco bravo ou do mato, que nunca atinge o tamanho dos porcos domésticos. Sua carne é excelente, feita de qualquer forma seja: cozida, assada, frita ou afogada.

2. **QUEIXADA-BRANCA** — Idêntica à acima diferen-
ciando-se por ser mais brava e por ter o queixo branco.

3. **CAITETU** — menor que os antecedentes.

Dos porcos do mato em geral os índios do Rio Branco fazem colares e brincos com seus dentes, e suas presas são utilizadas em trabalhos de braganças.

4. **PACA** — animal com pele toda pintada de branco e carne muito gostosa, feita de qualquer maneira.

5. **VEADO-BRANCO** — a carne do veado branco, tida como seda, é muito gostosa quando estão gordos.

As peles curtidas são excelentes para assentos de cadeira e os sertanejos as usam muito para vestimenta, calções, etc., etc. A pele do veado mateiro substitui a falta de sola por ser mais grossa. Os seus habitats são diferentes, porque, embora supostamente habite as matas, cada espécie tem locais prediletos onde costuma pastar, uns nas campinas, outros nas lagoas, outros nas capoeiras, outros nas matas virgens.

Figura 1: Viagem Filosófica: Animais utilizados na alimentação.

São seis as espécies de veados reconhecidos pelos práticos, com os seguintes nomes:

6. *SUAÇUCARIAÇU*
7. *SUAÇUANHANGA*
8. *SUAÇURETE*
9. *SUAÇUAPARA*
10. *SUAÇUCAATINGA*

11. *CUTIA-LOURA* — é um animal de 2 até 2,5 palmos de comprimento. Sua carne é gostosa, embora tida como seca. Existem mais duas espécies: uma preta do mesmo tamanho que a loura e outra loura, menor e com rabo.

Das peles curtidas são feitos excelentes "cordovões" para sapatos que duram muito e são mais macios do que os que vêm de Lisboa. Os índios utilizam seus dentes como goivas nos seus trabalhos de branças, e outros enfeites.

12. *CUTIA-PRETA* — menor que a loura.
13. *CUTIA-DE-RABO* — com rabo e é menor que todas.

14. *ANTA OU VACA-DO-MATO* — animal do tamanho de uma pequena vitela, porém muito valente quando acuada em fuga, podendo atravessar um rio a nado de uma margem a outra. Há ainda uma outra espécie menor.

SEGUNDA

ANIMAIS QUE OS ÍNDIOS E ALGUNS BRANCOS COMEM

15. *TAMANDUA-GRANDE* — Animal grande e muito valente, com algumas malhas brancas, o focinho e as unhas das mãos e dos pés muito compridas; cauda longa e em forma de leque, por isso sendo chamados por alguns de tamanduá-bandeira e também porque, quando anda, coloca a cauda sobre as costas fazendo-lhe sombra; é tão valente que chega a brigar com a onça, defendendo-se valentemente, a ponto de ambos morrerem no combate. Sustenta-se de formigas e outros pequenos animais. Nas suas caminhadas chegam a atravessar o rio de uma margem a outra. Há mais duas outras espécies, porém muito menores.

16. *TAMANDUA-PEQUENO* — menor, todo louro, pelo curto e menos áspero que o tamanduá-grande.

17. *TAMANDUA-MIRIM* — o de menor porte, pelo macio semelhante ao arminho, vive em cima das árvores, das quais apenas desce para comer capim, formiga ou outros pequenos animais.

18. *TATU-GRANDE* — é o maior de todos, chega a ter 2 a 3 palmos de comprimento. Sua carne é apreciada como a das outras 3 espécies. Vive em buracos profundos que cava na terra, nos quais é apanhado com mais facilidade.

19. *TATU-CHATO* — difere do tatu-grande por ser menor e ter a cabeça e as costas chatas e não redonda como nos outros. Vive também nas matas virgens em buracos que cava na terra.

20. *TATU-BRANCO* — ainda menor que o tatu-chato e todo branco. Sua carne é mais saborosa que a dos dois precedentes. Vive também em buracos na terra, porém em descampados.

21. *TATU-BOLA* — o menor de todos e muito saboroso. Quando amedrontado, enrola-se de tal forma que fica como uma bola, comportando-se como tal ao ser chutado. Vive nos descampados.

22. *PREGUIÇA-GRANDE* — a maior das 3 espécies do gênero. Possui pelo louro cinzento-escuro e muito áspero. É um animal muito pouco sensível, a ponto de que se recebe pauladas quando dormindo, resiste a elas com insensibilidade pasmosa. É apanhada viva, principalmente quando está dormindo abraçada aos troncos das árvores, possuindo tal força nos pés e nas mãos que, se não lhe baterem com paus, resiste aos puxões de um só homem. Sustentam-se de folhas, principalmente da Embaubeira. Possuindo exemplares vivos em casa, ofereci-lhes várias folhas diferentes para sua alimentação e verifiquei que apenas as de embauba eram comidas. Os índios e alguns brancos quando em suas viagens comem a sua carne muito dura, seca e preta. Das peles se fazem excelentes cordovões.

23. *PREGUIÇA-DE-FOGO* — menor, com pelo cinzento e mais macio, tendo nas costas um escudo amarelo e preto que lhe dá muita graça e da qual provém o nome de ai-tatá.

24. *PREGUIÇA-PEQUENA* — de coloração cinzenta e é a menor de todas.

25. *CUANDU-GRANDE* — animal cheio de espinhos por todo o corpo, imitando os ouriços da Europa, quando estão enraivecidos se sacodem e expõem os espinhos com tanta violência que se encravam onde baterem. Conforme constatei com o dese-

Figura 2: Viagem Filosófica: Animais que os índios e alguns brancos comem.

As designações das espécies acima descritas constituem entradas de verdadeiros verbetes, embora não sigam uma ordem alfabética. No que concerne às definições, algumas espécies são descritas em absoluto, ou seja, as referências são suas características intrínsecas; já outras espécies são descritas por comparação com as primeiras. É o caso do tamanduá-grande, descrito em si, e dos tamanduás pequeno e mirim, descritos por oposição ao primeiro.

Não há uma homogeneidade no que concerne ao tipo de informações veiculadas pelos enunciados definicionais, porém alguns apresentam adequação ao domínio e, sobretudo, ao campo conceptual no qual se inserem. É o caso das definições dos termos que designam espécies da fau-

na utilizadas na alimentação. Estas se iniciam com uma descrição das características físicas dos animais e concluem-se com a especificação de suas qualidades enquanto alimento, como em *queixada*, *paca* e outros.

2.4. Organização sistemática do domínio e da terminologia

O Capítulo IX da edição de 1972 da obra de Ferreira, que vai da página 67 à 204, é dedicado às “*Observações gerais e particulares sobre a classe dos mamíferos no território dos Rios Amazonas, Negro e Madeira: com descrições circunstanciadas, que quase todos eles, deram os antigos, e modernos naturalistas, e principalmente com a dos tapuios*”. Logo no início do primeiro subcapítulo, o autor tece observações sobre os Reinos animal, vegetal e mineral que nos pareceram interessantes, na medida em que exprimem sua concepção dos mesmos:

“Esta é a primeira das seis classes em que se divide o Reino Animal, no Sistema de Linnaeus, ou seja a que compreende os Corpos Naturais que são organizados, vivem e sentem. Aos vegetais pertencem somente a organização e o viver, porém não sentem. E aos minerais por último, os que não são organizados (Syst. Nat. Edit. 12 Tom 1 pg 15), nem vivem e nem sentem (Scopol. Inf. Ad Hist. Nat. Regn. Animal. Trib. 42, pag 501). Nos minerais a matéria dorme na inércia e espera que a chamem à VIDA. Nos vegetais ela está animada mas como ainda não sente fica SEMI-VIVA. Nos animais vem o SENTIMENTO unir-se à VIDA que deste modo completa a matéria. Young. Tom. I Noit IX A Imortalidade.” (Ferreira, 1972: 67)

Assim, para Ferreira, os animais têm vida e sentimentos; os vegetais, apenas vida; e os minerais nem vida, nem sentimentos, apenas permanecem em estado de dormência e dela só despertam quando chamados à vida. Sua concepção do Reino da Natureza é questionável, mas, como vimos anteriormente, caracteriza seu pensamento científico, sobretudo por influência dos autores que toma como referência.

Ao longo do capítulo, o autor discorre sobre a organização da Natureza, mais especificamente sobre o Reino Animal, incluindo nele o ser humano. Fala sobre os animais e as populações do Brasil da época, seus costumes e até valores morais (sentimentos), além de sua constituição física. Aproximadamente na metade do capítulo, muda seu discurso, que deixa de se apresentar em forma de texto corrido para seguir uma ordem: a proposta pela Nomenclatura Zoológica de Lineu, ou melhor, a

organização sistemática do Reino Animal proposta por esse cientista. Ferreira atém-se apenas aos mamíferos, explicando:

“Passo a inventariar os mamíferos que pertencem a esta primeira repartição do viveiro da natureza. Seguindo a distribuição de Lineu quanto às classes, porém, com o devido respeito a tão grande mestre, nem todas as classes eu sigo as ordens. Tais são as que estabeleceu para a referida classe dos mamíferos, tirando os seus caracteres principalmente dos dentes. Deles e dos pés, já havia tirado Brisson. Dos pés serem vinculados ou ungulados, tiraram Rayo, Klen, Halden e Brunnick. Vejo que no sistema de Lineu ficaram reduzidos a pequenas ordens, o manatus e o delphinus; o vespetílio e o noctílio; o rinoceronte e o elefante; e para se familiarizar e reduzir a uma mesma ordem, por exemplo: o cão (que é quadrúpede e terrestre) e a foca (que é pinada e pelágica); ambos opõem-se às leis das afinidades. Veja portanto a sinopse do método que sigo, dividindo em três famílias gerais, da maneira seguinte:” (Ferreira, 1972: 128)

Essa colocação do autor confirma nossa observação precedente de que ele propõe modificações à classificação original de Lineu. Essa diferença se dá, porém, apenas no nível da dinâmica da ciência, ou seja, no sentido de que novos estudos conduzem ao aprimoramento dos modelos teóricos. Não vai, todavia, tão longe que possa sugerir questionamento do ou rompimento com o modelo lineano. Ao contrário, as modificações sugerem não apenas aceitação do mesmo, mas também uma proposta de continuidade e adequação aos conhecimentos acumulados após a experiência empírica e científica.

Após explicar as adaptações feitas à sistematização proposta por Lineu, Ferreira apresenta os animais sobre os quais discorrerá no quadro sinótico a seguir:

M A M A I S

I — QUADRÚPEDES	II — ALADOS	III — PINADOS
<p style="text-align: center;">TERRESTRES</p> <p>UNGÜICULADOS</p> <p>— com as unhas planas e ovais.</p> <p>— S. N. Primates</p> <p>1 Homo</p> <p>2 Simio</p> <p>3 Lemur</p> <p>— Com as unhas agudas</p> <p>— S. N. Bruta</p> <p>4 Bradypus</p> <p>5 Myrmecophaga</p> <p>6 Manis</p> <p>7 Dasyppus</p> <p>— S. N.</p> <p>8 Canis</p> <p>9 Felis</p> <p>10 Viverra</p> <p>11 Mustela</p> <p>12 Ursus</p> <p>13 Didelphis</p> <p>14 Talpa</p> <p>16 Sorex</p> <p>16 Erináccus</p> <p>— S. N. Glires</p> <p>17 Hyxtrix</p> <p>18 Lepus</p> <p>19 Mus</p> <p>20 Sciurus</p> <p>UNGULADOS</p> <p>— De unha inteira</p> <p>— S. N. Belluoc</p> <p>21 Equus</p> <p>— De unha rachada</p> <p>— Não ruminantes</p> <p>— S. N. Bruta</p> <p>22 Elephas</p> <p>— S. N. Belluoc</p> <p>23 Rhinoceros</p> <p>24 Sus</p> <p>— Ruminantes</p> <p>— S. N. Pécora</p> <p>25 Camellus</p> <p>26 Moschus</p> <p>27 Cervus</p> <p>28 Capra</p> <p>29 Ovis</p> <p>ANFÍBIOS</p> <p>UNGÜICULADOS</p> <p>30 Bos</p> <p>— S. N. Glires</p> <p>31 Castor</p> <p>32 Ray. Lutra</p> <p>— S. N. Belluoc</p> <p>UNGULADOS</p> <p>33 Goter Hydrochoeris</p> <p>34 Hippopotamus</p> <p>35 Gesn. Rosmarus</p>	<p style="text-align: center;">VOADORES</p> <p>— com os pés alados, ou com o tronco, e os membros contornados de uma membrana ambiente</p> <p>— S. N. Primates</p> <p>36 volans — Lemur</p> <p>37 Vespertilio</p> <p>38 Noctilio</p> <p>— com os hipocôndrios fixos</p> <p>— Mihi Genus 39 Gliis</p> <p>— Species</p> <p>a) murinus s. Mus volans. Lin.</p> <p>b) volans s. Sciurus volans Lin.</p> <p>c) sagitta s. Sciurus sagitta Lin.</p>	<p style="text-align: center;">NADADORES</p> <p>— sem fistula na cabeça</p> <p>— S. N. Belluoc</p> <p>40 Manatur</p> <p>— S. N. Ferac</p> <p>41 Phoca</p> <p>— com fistula na cabeça</p> <p>— S. N. Cete</p> <p>42 Monodon</p> <p>43 Baloena</p> <p>44 Physterer</p> <p>45 Delphinus</p>

Figura 3: Viagem Filosófica: Quadro sinóptico dos mamíferos descritos.

Nesse quadro, o autor destaca, dentre os animais da classe dos mamíferos, três ordens: dos quadrúpedes, dos alados e dos pinados. Na divisão dos Terrestres encontra-se, como primeiro gênero pertencente aos unguiculados (que possuem unhas planas e ovais) o gênero HOMO. Por esse motivo, a primeira espécie descrita (e alvo das observações do autor na seqüência) é o *Homo sapiens*, como podemos ver na ilustração abaixo:

1° ORDEM — DOS QUADRÚPEDES

1º DIVISÃO — DOS TERRESTRES

UNGUICULADOS — Com as unhas planas e ovais

I — Gênero HOMO (Syst. Nat.)

1 — *Homo sapiens*

Abá Mira — Homem.

1º) — Var. *americanus*

Tapuia — apegau a (macho), Cunhá a (fêmea)

Índio (a), americano (b), caboclo (c).

N.B.: (a) Que pelo nome de índios, foram os espanhóis os primeiros que trataram os americanos, tendo entre eles justificado esta denominação o engano em que veio e voltou do descobrimento da América o genovês Cristóvão Colombo. Porque ele sustentou a idéia de que os países que descobriu faziam parte da Ásia, a qual se estendia sob a denominação geral de Índia. Em razão de sua autoridade e da viagem que acabava de fazer, moveu os Reis Católicos, Fernando e Isabel, a aceitarem seu engano, tratando S.S.M.M. pelo nome de Índias as primeiras descobertas na ratificação que fizeram, em 1493, de todos os privilégios estipulados no antecedente Tratado de Santa Fé, de 17 de abril de 1492. Esse engano foi depois emendado com a distinção de Ocidentais, que se acrescentou à denominação de Índias, em vista da verdadeira situação da América. Porém, aos seus habitantes, se conservou o antigo nome de índios, que foi o primeiro que lhe deram os europeus.

(b) que Gentil Homem Florentino, que na expedição do ano de 1499 acompanhou o espanhol Alonso Oyeda, deu ao Novo Mundo o nome de Américo Vespúcio, denominando-a de América, e aos

Figura 4: Viagem Filosófica: Observações sobre o homem americano.

As considerações tecidas por Ferreira sobre o homem que habita as Américas são curiosas e interessantes para nosso estudo, na medida em que se percebe uma preocupação com a terminologia. Com efeito, o autor dá o nome científico da espécie (*Homo sapiens*), acompanhado do termo equivalente em língua indígena (*Abá Mira*) e em português (*Homem*). Nessa questão é detalhista, deixando claro que: 1. o *Homo sapiens* em sua variedade *americanus* é chamado pelos tapuias de

apegau a, que, em português, significa *macho*; fêmea, em português, tem como equivalente em tapuia *cunha a*; 2. o termo *índio* não é sinônimo de *americano* nem de *caboclo*. Apresenta, portanto, uma precisão terminológica.

No item (a) do texto que segue, o autor discute a motivação da denominação *índio*, fornecendo dados históricos sobre a origem do termo. No item (b) explica o porquê do nome *América*, fazendo observações de cunho metalingüístico e de tipo histórico e moral sobre o destino dos principais personagens envolvidos no descobrimento do Novo Mundo. Essas considerações continuam nas páginas que se seguem, como podemos verificar nas figuras 5 e 6:

— 132 —

seus habitantes de americanos. Não que fosse Vespúcio que a descobrisse, porque antes dele já havia feito isso o seu primeiro descobridor, Colombo, principalmente nas três viagens que fez; a primeira em 1492, que foi quando descobriu a ilha de Guanani, das Lucaias, ou das Bahamas, à qual deu o nome de São Salvador, as de S. Maria, Conceição, Fernando, Isabel e Cuba, a do Haiti, à qual deu o nome de Hispaniola, e a de Cibao. A segunda, em 1493, quando descobriu uma das Caraibas, ou ilhas do vento, à qual deu o nome de Descada, e sucessivamente, as de Dominica, Maria Galante, Guadeloupe, Antigua, São João do Porto Rico e Jamaica, e fundou, em honra da Rainha da Espanha, a cidade de Santa Isabel, que foi a primeira fundada na América pelos europeus. A terceira, em 1498, em que descobriu a ilha de Trinidad, na costa da Guiana, perto da foz do Orinoco, às costas das províncias de Paria e de Cumãna, e as outras ilhas de Cubagna e Margarida, que depois se fizeram tão célebres pela pesca das pérolas. Como porém Américo Vespúcio foi o primeiro que escreveu e publicou uma circunstanciada relação do Novo Mundo, encantando as atenções dos europeus com aquela nova e maravilhosa perspectiva, onde tudo era produção natural, costumes e instituições diversas, conseguiu atribuir a si mesmo a honra de ser o seu primeiro descobridor. Por este modo, a pretensão ardilosa de um feliz impostor, roubou ao autor de tão grande descoberta a glória que era toda sua (História da América, T.1., pág. 201) e o prêmio de seus estudos e trabalhos foram as enfermidades e desgostos de que faleceu.

Por toda a parte por onde andava, trazia consigo, para monumento da ingratidão dos espanhóis, os ferros que o mandou carregar Francisco de Provadilha, quando o remeteu preso da Hispaniola para a Espanha. Ele os tinha sempre dependurados na sua canela, e quis que, por ocasião de sua morte, os sepultassem com ele em seu jazigo (Vida de Colombo, cap. 86, pág. 677). Como o demonstra a razão, de acordo com a revelação de que a todas as ações humanas preside a justiça de Deus, não se poderiam considerar as desgraças de Colombo como uma vingança aos americanos da nação para a qual ele os descobria e conquistava? Ele mesmo, com a aparente justiça de punir a opressão dos espanhóis praticada através dos caciques de Ciboa, lhes declarou a guerra, e impôs as taxas de 1495, depois que viram que, o ouro, as mulheres e os mantimentos, eram os motivos de suas aspirações. Hernan Cortez, em 1512, mandou queimar vivo, numa fogueira que fez de todas as armas dos mexicanos, o infeliz Gualpopoca, que era filho de Montezuma, o Imperador do México. Ao mesmo Motezuma, com uma atrocidade sem exemplo, prendeu a ferros e deixou-o morrer insultado às mãos de seus vassallos. Seguindo seu exemplo, Francisco

— 133 —

Pizarro, de comum acordo com o padre Vicente Valverde, praticou, em 1532, a perfídia de não somente prender o simples Atahualpa, inca do Peru que, de boa fé, vinha visitá-los em seu quartel, mas também, depois de darem um golpe baixo, passaram à espada quatro mil peruanos e lhes saquearam seus bens. Ao mesmo Atahualpa, condenaram primeiramente a ser queimado vivo, como inimigo da Corôa de Espanha, porém, como requereram o batismo (único meio, como lhe propôs o padre, de se moderar sua pena), mandaram-no atar à um poste, onde foi estrangulado. Isso lhe custou a vida não só pela avarizia de seus conquistadores, mas também pela zombaria que lhe fez o chefe espanhol, quando viu que era tal que nem sabia ler.

(c) Caboclos verdadeiramente são filhos de índio com preta.

Entre nós, desde o princípio, se chamaram os filhos:

a — de pai e mãe europeus — MAZOMBOS.

b — de europeu com tapuia — MAMELUCOS.

c — de europeu com preta — MULATOS.

d — de tapuia com preta — CABOCLOS, CURIBOCAS.

e — de pai e mãe pretos, nascidos no Brasil — CRIoulos.

Estes são os que o habitam, sendo os naturais os referidos tapuias.

MONSTRUOSOS POR ARTIFICIO

(Das Capitanias do Pará e Maranhão)

a — CAMBEBÁ ou OMAGUA

(Voyage de l'Amérique Meridionale, endescendant la Riviere des Amasones. Par Mr. De La Condamine. Pág. 72). Com a cabeça chata, em figura de mitra. Memória de 17 de setembro de 1787.

b — UEREQUENA ou ORELHUDO

Com as extremidades das orelhas rasgadas e distendidas até os ombros. Mem. de 30 de agosto de 1787.

c — MIRANHA

Com as ventas furadas exteriormente. Mem. de 4 de junho de 1788.

Figura 5: Viagem Filosófica: Dados históricos e metalingüísticos sobre os habitantes da América.

No trecho que vai do início da página 132 (*seus habitantes de americanos*) até ao primeiro parágrafo da página 133 (de *Pizarro a ...nem sabia ler*), o autor apresenta dados históricos e sua posição sobre a vida de alguns personagens que tiveram papel fundamental nos primeiros momentos da colonização da América. Cumpre ressaltar que essas observações vêm na seqüência das explicações dadas sobre o termo *americano* e sobre o nome próprio *América*.

No trecho da página 133 correspondente ao item (c), Ferreira faz observações de caráter metalingüístico, descrevendo termos que designam filhos (o resultado) do cruzamento de povos diferentes que habitam o Brasil:

“(c) Caboclos verdadeiramente são filhos de índio com preta. Entre nós, desde o princípio, se chamaram os filhos:

1. de pai e mãe europeus – MAZOMBOS.
2. de europeu com tapuia – MAMELUCOS.
3. de europeu com preta – MULATOS.
4. de tapuia com preta – CABOCLOS, CURIBOCAS.

5. de pai e mãe pretos, nascidos no Brasil – CRIoulos.
Estes são os que o habitam, sendo os naturais os referidos tapuias.”

Para descrever os termos *mazombos*, *mamelucos*, *mulatos*, *caboclos*, *curibocas*, *crioulos* e *tapuias*, o autor segue um percurso onomasiológico, ou seja, primeiro expõe o conceito e, em seguida, indica a designação, percurso, aliás, que tem marcado o trabalho terminológico moderno.

No último trecho da página 133 e até a metade da página 134, Ferreira lista os termos que designam pessoas que se tornaram monstruosas por meio de algum artifício, dando a eles definição. Em seguida (segunda metade da página 134 e seguintes), descreve termos que designam pessoas monstruosas por natureza:

d — TURAZ e CARIPUNAS do rio Madeira.

Com um furo na cartilagem que divide interiormente as ventas. Relação do Rio da Madeira. Tit.

e — GAMELA

Com o lábio inferior rasgado circularmente e distendido por uma rodela de madeira, ficando orlada com o lábio em forma de gamela. Há muitas nações de gentios com os lábios e as orelhas furados.

f — JURUPIXUNA ou BOCA-PRETA

Com a face mascarada de cinza das folhas da palmeira Pupunheira. Memória de 20 de fevereiro de 1787.

g — MAUÁ

Com o ventre espartilhado e cingido pelas entre-casas das árvore. Memória de 20 de fevereiro de 1787.

h — TUCURIA

As mulheres com o clitóris castrado.

MONSTRUOSOS POR NATUREZA

i — CATAUXI ou PURUPURU

Com as mãos e os pés malhados de branco. Memória de 4 de junho de 1788.

I — Será certo, que entre as muitas nações de gentios que habitam no Juruá, confluyente do rio Solimões, existe a dos CAUANAZ, espécie de pigmeus de estatura tão curta, que não passam de cinco palmos?

II — Será certo, que a dos UGINAS, no mesmo rio, consta de tapuias *caudatos*? Veja-se a certidão abaixo:

«Frei José de Santa Thereza Ribeiro, da Ordem de Nossa Senhora do Monte do Carmo, da antiga observância, etc. Certificado e juro *in verbo sacerdotis* aos santos Evangelhos que, sendo eu missionário na antiga Aldeia de Paravari, a qual depois se mudou para o lugar que hoje se chama Nogueira, chegou à dita Aldeia, no ano de 1751 ou 1752, um homem chamado Manuel da Silva, natural de Pernambuco ou da Bahia, vindo do Japurá com alguns

Figura 6: Viagem Filosófica: Denominações de pessoas monstruosas.

Nessas páginas, o autor apresenta um verdadeiro dicionário de termos que designam pessoas que, por natureza ou por qualquer artifício, tornaram-se monstruosas. O modelo de enunciado definicional não é homogêneo, indo da definição propriamente dita (como, por exemplo, em “*Tucuria: as mulheres com o clitóris castrado*”) a um enunciado que ultrapassa o enciclopédico, chegando ao enunciado lexicográfico mais característico de dicionários críticos ou analíticos (*raisonnés*), como nos itens I e II do verbete dos termos *catauxi* ou *purupuru*.

2.5. Questões de Medicina na Viagem Filosófica

No que concerne à Medicina, os elementos relativos a esse domínio encontrados na *Viagem Filosófica* (volume dedicado à Zoologia e Botânica) de Alexandre Rodrigues Ferreira que acabamos de ver referem-se a pessoas monstruosas por natureza, o que é o objeto privilegiado de estudo de uma das áreas médicas, a Teratologia. Ao longo da obra se encontram, porém, outros elementos que fazem referência mais direta a questões médicas relacionadas à fauna da região estudada por Ferreira. Exemplos desses elementos podem ser encontrados nas ilustrações abaixo:

— 140 —

Oexmelin afirma terem um filho e Dampierre dois. Os que tenho ouvido é que nunca passam de dois, a não ser por monstruosidade. As mães nem por morte os desapegam de si, antes, para se surpreender o filho, o mais seguro expediente é fazer o tiro nela, com a qual ele cai abraçado, se é que cai, porque se, na ação de cair, encontra algum ramo ou galho de árvore onde enrosque a cauda, fica ali dependurada até que os corvos ou a mão do tempo a destruam e consumam. Não se tem visto que elas menstrem como as fêmeas dos monos da África.

A espécie que se tem descrito, varia tão somente na cor, como tenho visto nas variedades:

2ª — GUARIJUBA. GUARIBA AMARELO

Parece ser a mesma que diz o Padre Gumilla, os índios do Orinoco chamam de ARAEATA. Tem o pêlo comprido como o de guariba preto, porém louro e reluzente.

2b — GUARIBA VERMELHO

Cercopithecus, barbatus, maximus ferrugineus stentarusus;
S. Alouata; Singe rouge; Berrere, Franc. Equinoct., pág. 150.
Cercopithecus barbatus, saturate spacideus; Le singe rouge de Cayenne; Brisson, Regn. Animal, pág. 206.

USOS

MÉDICO — Os empíricos do país receitam a sua carne por via de dieta aos que padecem de queixas venéreas. Por conselho seu, os caçadores têm o cuidado de arrecadarem escrupulosamente as rótulas dos joelhos de todos que matam, para enfiarem em cordões, que servem como pulseiras aos achacados de corrimentos. Delas se fazem as celebradas contas de Macau, que, dizem eles, trazidas no braço esquerdo curam por virtude oculta, toda qualidade de hemorróidas. Ao mesmo tambor ósseo atribuem-se virtudes extravagantes.

ECONÔMICO — Das peles dos guaribas machos, curtem-se ótimos cordovões. Umas e outras curtidas com o pêlo servem para coldres, chairéis, capeladas para capa das armas e patronas de caçar. E, algum dia, as do guariba preto, para as mitras dos granadeiros. De seus intestinos fazem-se cordas de viola.

Figura 7: Viagem Filosófica: Usos médicos do macaco guariba vermelho.

na mais comprida e mais grossa que a outra. Os traços são quatro: grossa na base, retas e agudas. Cauda comprida, pilosa, com a extremidade nua e convoluta.

Habita as árvores e sustenta-se de cupins, formigas e outros pequenos insetos.

V — Gênero DASYPUS (Syst. Nat.)

25 — *Dasypus unictinctus* L.

TATU-GUAÇU — TATU-GRANDE

Tatoussou: Abbeville, Mission au Maragnon, Paris 1614, pág. 247. Tatus maior, moschum redolens, Tatu Kabassou: Barret, Franc. Equinoct., pág. 163. Tatus, Armadillo Africanus: Seba, Vol. 1^a, pág. 47, tab. 30, figs. 3 e 4a, Cataphractus scutis duobus, cingulis duodecim, Armadillo Africanus: Briss., Rega. Animal., pág. 43. Le Kabassou, ou Tatu à doze bandes: De Buffon, Hist. Nat., t. 21, pág. 52. *Dasypus unictinctus*, tegmine tripartito, pedibus pentadactylis: Lin., Syst. Nat., pág. 53, Gen. 10 sp. 1^a.

É o maior de todos os tatus, porque o seu comprimento e volume excede ao de um grande leão. Tem toda a parte superior do corpo guardada de uma concha ou casco ósseo e escamoso, o qual se divide em doze zonas ou cingulos transversais, móveis por meio de dobradiças e compostos de peças estavelmente quadradas. O casco das espáduas é formado de quatro ou cinco fileiras, composta cada uma de grandes peças quadrangulares. As que compõem as fileiras da parte inferior do dorso, são quase semelhantes às das espáduas. As da guarda da cabeça são grandes e irregulares. Por entre as juntas das zonas dorsais, escassam alguns pelos, como os do leão. Pelo peito e ventre, por cada fêmur e por cima das patas, possui vários rudimentos de escamas redondas, duras e polidas, como todo o casco. É guardado, por cima do casco, de uma película muito superficial, mesclada das cores amarela e escura, a qual se descolla de toda aquela ossificação e mostra que as peças em si são brancas.

A cabeça é larga, grossa e guardada de peças ósseas grandes e irregulares. Olhos redondos, pequenos, pretos e fundos. Orelhas largas, distantes uma da outra e com a face externa guardada de pequenos rudimentos ósseos. Focinho curto e largo. Boca pequena e estreita, sem incisivos ou caninos, mas somente com numerosos

rosos molares. A língua fina, comprida e assuvelhada. Tranco convexo e abaulado, com o seu casco atravessado de doze cingulos. Cada pé com cinco unhas estreitas e desiguais, a do dedo médio maior que as laterais, e as dos pés dianteiros molares. Cauda curta e nua, isto é, sem concha, porém toda salpicada de tubérculos amarelos e escuros.

Habita as matas, em grandes tocos ou em covas que ele mesmo faz. Al se encerra de dia e somente à noite sai e diligencia o sustento. Este é composto de frutos e raízes, sendo por isso animal noctivo às roças, hortas e jardins. Entrando pelas locas dos índios, devora suas batatas, macaetheras, melancias, etc.

A carne desta espécie não é tão boa de se comer como a das outras, por causa de um certo almiscar, que lhe persiste. Seu andar não deixa de ser ligeiro, porém, verdadeiramente, ele não pode saltar, nem correr ou trepar. Os únicos meios que tem, para escapar às perseguições, é se contrair numa bola ou se refugiar em alguma cova que já achte feita, isso quando ele mesmo não a faz num instante, mais depressa que uma topeta. Transporta-se dos países quentes para os frios sem estranhar o clima. Dizem que as fêmeas parem quatro filhos, todos os meses.

USOS

MÉDICO — O autor da anotação no capítulo 8 de Marggraf, transcrevendo Monardo, ou Ximenes, sobre as virtudes medicinais que aqueles autores atribuem aos cascos dos tatus, escreveu que, pulverizado e tomado internamente em pequena dose, era um excelente sudorífico; que o dos lamina da parte inferior do dorso, dado em pó, era bom contra doenças venéreas; que em massa, aplicada internamente, extirpa as espinhas de qualquer parte do corpo; o primeiro osso da cauda, aplicado nos ouvidos, removia a surdez, etc. Não sei se semelhantes virtudes até agora foram autorizadas pela experiência dos doutos, porém, quanto a mim é verdade o que diz Buffon, que o casco e os ossos do tatu são da mesma natureza que o dos outros animais.

ECONÔMICO — Dos referidos cascos, depois de ajelhados e secos no sol, fazem os índios os seus haus e bolsas para guardar em as suas curiosidades.

DIETÉTICO — Ainda que sua carne seja almiscarada, alguns brancos e geralmente os índios e pretos, a comem fresca e defumada.

Figura 8: Viagem Filosófica: Usos médicos do tatu-guaçu.

USOS

DIETÉTICO — Os índios comam sua carne.

XII — Gênero HYSTRIX (Syst. Nat.)

44 — *Hystrix prehensilis* Lin.

COANDU, OURIÇO-CACHEIRO, PORCO-ESPINHO

Coandou: Mission du P. Abewil, au Maragnon, Paris, ... 1614, pag. 249, vers Hostrlaquetzin. S. Thacuetzin, Hystrix... spinu. Sus novae Hispanice: Hernand., Mexic., pag. 322. Hostrlaquetzin: Nieremberg, pag. 164. Cuandu Brasilensibus: Marçgrav, Brasil., pag. 233. Cuandu: Pison, Brasil., pag. 99. Le Coandou: De Buffon, Hist. Nat., t. 25, pag. 229, tab. 54. Hystrix prehensilis, pedibus tetradactylis, cauda elongata, pichensili, seminuda: Lin., Syst. Nat., pag. 76, gen. 21, sp. 2^a.

Ainda que alguns naturalistas o tenham confundido com o verdadeiro porco-espinho, vê-se logo que não é comparando-se os caracteres de um com os de outro. O coandou é menor tem o corpo guarnecido de espinhos, excetuada, a ponta do focinho, as mãos, pés, o ventre e a metade da cauda. Os espinhos são como agulhas, grossos, brancos na base e amarelos na maior parte do seu comprimento e com as pontas pretas. Eles são entremeados de pelos como cerdas, compridos, rudes em parte, fuscos e, em parte, amarelos.

A cabeça é comprida. Olhos redondos, saindo à flor da pele e luzidios. Orelhas pequenas, planas e quase escondidas entre os espinhos. Focinho liso, curto, grosso e barbado de cerdas compridas, finas e pretas. Nariz com as ventas largas e redondas. Boca com o lábio superior fendido. Os dois incisivos obliquamente truncados e saindo fora dos lábios e sem presas. Língua com tubérculos. Tronco convexo e fornido. Os pés dianteiros com quatro dedos e os traseiros com cinco. Ulnhas grandes, curvas, aquiladas. As dos pés traseiros maiores. Cauda comprida, guarnecida de espinhos até o meio e nua para baixo, com a ponta convoluta. O ápice do penis é tuberoso.

Habita as árvores, de onde desce sem zsurrança, enroscando a ponta da cauda pelos ramos e galhos, por não se fiar nos pés. Dorme todo o dia e sai de noite. Sustenta-se de frutos, e, por isso, se acham muitos nos cacauais. Exala uma terrível catanga e, sendo irritado, todo ele se eriça e joga os

espinhos contra quem o persegue. Tenho visto alguns cães bem arbilhados por trazerem o focinho crivado deles. Não que eles mesmos por si próprios penetrem pela carne até as vísceras, como dizem Pison e de Laet.

USOS

MÉDICO — O mesmo de Laet, refere-se ao que ouviu dos índios, que pulverizados oito ou nove espinhos e bebido o seu pó, era antinefrítico, afrodisíaco e céflico.

ECONOMICO — Seus espinhos servem aos gentios de agulhas para furarem suas orelhas e nariz.

DIETÉTICO — Marçgrav diz que comeu a sua carne, e que a achou boa e muito saborosa. O coandou sendo assado em espeto, é o mesmo que um leitão, escreve Diniz na sua Descrição da América (Paris, 1762, t. pag. 324). Em todo o estado do Grão Pará é uma caça que todos comem.

XIII — Gênero LEPUS (Syst. Nat.)

45 — *Lepus brasiliensis* Lin.

TAPETI, COELHO DO BRASIL

Tapiti: Abewille, Mission au Maragnon, pag. 221. Tapiti Brasiliensibus: Marçgrav, Brasil., pag. 223 e 224. Tapiti: Pison, Brasil., pag. 102. Ray, Quadr., 205. Citli. Lepus novae Hispanice: Hernandes, Nou. Hispan., cap. 3, pag. 2. Lepus brasiliensis. Cauda nuda: Lin., Syst. Nat., pag. 78, gen. 22, sp. 4^a.

Possui a grandeza de uma lebre e a figura de um coelho. Tem a mesma cor dos pelos leporinos, com a diferença que os do tapeti são um pouco mais escuros. São também finos, densos e macios, um pouco acastanhados na testa e esbranquiçados na garganta. Alguns têm o pescoço cingido de um colar branco. A garganta, o peito e o ventre são brancos.

A cabeça é comprida, estreita e arqueada desde os ângulos das orelhas até a ponta do focinho. Olhos pretos, grandes e ovais. Orelhas de uma grandeza desproporcional ao seu corpo. Nariz com as duas ventas como que reunidas em uma só abertura. Focinho grosso e barbado de cerdas compridas. Boca com o lábio superior fendido no meio. Tronco alongado e quase que

Figura 9: Viagem Filosófica: Usos médicos do ouriço-cacheiro.

Nos exemplos anteriores, o autor apresenta o(s) nome(s) científico(s) e o(s) popular(es) (ou vice-versa) das espécies descritas, tratando-se, portanto, de dados de caráter lingüístico. Após a indicação de referências bibliográficas, seguem-se, em todos os exemplos apontados, enunciados predominantemente de cunho enciclopédico, embora em alguns momentos tenham caráter definitório. A “microestrutura” dos “verbetes” prevê em todos os casos um microparadigma informacional com função pragmática, isto é, o programa de informações prevê a indicação sistemática dos *usos* da espécie designada pelo termo-entrada: econômico, dietético e médico. É importante notar essa regularidade no destaque dos usos, o que destoia da falta de homogeneidade no que concerne ao tipo de informação veiculada nos enunciados lexicográficos desses “verbetes”. Pode-se explicar essa preocupação pelo próprio caráter da missão científica: utilitária com fins políticos e, sobretudo, comerciais em benefício da metrópole portuguesa.

Conclusão

A obra de Alexandre Rodrigues Ferreira, embora não seja um dicionário, nela observamos um verdadeiro *discurso terminográfico*, na medida em que:

1. descreve as coisas e termos do domínio da Zoologia, Botânica e Sociologia;
2. organiza as espécies da fauna e os termos que as designam em um sistema conceptual;
3. dispõe muitos dados na forma típica de verbetes;
4. os termos que designam as espécies da fauna brasileira (e mesmo do homem brasileiro) constituem entradas desses “verbetes”;
5. os dados veiculados pelo enunciado “terminográfico” são de diferentes tipos: enciclopédicos, lingüísticos ou metalingüísticos;
6. por vezes os enunciados têm características de definições terminológicas propriamente ditas;
7. em inúmeras situações, a obra assume um caráter de dicionário multilíngüe especializado, na medida em que indica os termos científicos e seus equivalentes em língua tapuia e português; por vezes é apenas bilíngüe tapuia-português ou vice-versa;

É fundamental ressaltar que não estamos afirmando que a *Viagem Filosófica* seja um dicionário terminológico: apenas vemos em alguns trechos desse documento um *discurso terminográfico*, uma vez que o tratamento que o autor dá aos dados lembra a metodologia de trabalho proposta pela Terminologia/Terminografia.

Nesse sentido, evidencia-se, na obra, uma descrição terminológica, portanto, um *saber terminológico*. A organização da terminologia que designa espécies da fauna, da flora e das gentes brasileiras segue uma sistemática que tem marcado o trabalho terminológico moderno, embora o modelo que serviu de parâmetro a Ferreira tenha sido o da organização da Natureza, de Lineu.

Em uma perspectiva histórica, podemos concluir com três tipos de observação:

1. no âmbito das idéias das Ciências Naturais: apesar de propor modificações ao *Systema naturae* de Lineu, Ferreira assume claramente uma postura clássica no que concerne à concepção de Natureza;
2. no âmbito da História da Humanidade: sua pesquisa de campo (missão científica) tinha um caráter utilitário, tendo servido aos interesses imperialistas de Portugal em relação às colônias. Nesse ponto, a Ciência se pôs a serviço da política e do comércio.
3. no âmbito da História da Terminologia/Terminografia: a *Viagem Filosófica* é um documento científico, que tem como emissor um especialista da área e que escreve para uma autoridade política e para outros especialistas do domínio; emprega uma terminologia própria do campo de pesquisa, preocupa-se em descrevê-la e, para tanto, dá a alguns dados um tratamento de tipo lexicográfico. Por todas essas características e pelo procedimento adotado nesse tratamento, podemos falar da presença de um discurso terminográfico, embora o documento não tivesse, de modo algum, a intenção de ser um dicionário.

Consideramos que o resgate da história da Terminografia brasileira não deva (nem possa) deixar de levar em consideração documentos que não se caracterizam como dicionários técnicos e científicos, mas que trazem em seu bojo elementos precursores de uma Lexicografia especializada ou mesmo de uma Terminografia, neles se observando, portanto, um *discurso lexicográfico* ou *terminográfico*.

Notas

¹ De acordo com Cabré; dois aspectos são fundamentais para a caracterização do termo: representar a realidade e servir à comunicação, transmitindo conhecimento de áreas especializadas: “Paralelamente a la representación de la realidad, categorizada em clases de conceptos relacionados, las unidades terminológicas sirven tambien para la transmisión de este conocimiento, es decir, para la comunicación. En este punto, conviene decir que las situaciones de comunicación en las que aparecen los términos son esencialmente las situaciones especializadas restringidas pragmáticamente en cuanto a las características de los interlocutores (esencialmente del emisor), de la temática que se transmite, de las funciones que se persiguen con su transferencia y de las situaciones de comunicación”. (Cabré, 1999: 185)

² Grifo nosso.

³ Grifo nosso.

⁴ Grifos nossos.

⁵ Grifo nosso.

Referências bibliográficas

- CABRÉ, M. T. (1999). *La terminología: representación y comunicación*. Barcelona: IULA.
- CARREIRA, L. “Mezinhas na cangalha do viajante: as boticas do naturalista Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira (fim do século XVIII)”. In: *Encontro Regional de História – Paraná: história e historiografia*, 8, Curitiba, 25-28 de julho de 2002. Disponível em: <http://uepg.anpuh/8encontro/.htm>. Acesso em: 20 de agosto de 2003.
- FERREIRA, A. R. (1972) *Viagem filosófica pelas capitâneas do Gão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Memórias (Zoologia e Botânica)*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura.
- GALERA, A. *Filosofia de un viaje: Alexandre Rodrigues Ferreira explora la Amazonia*. Disponível em www.triplov.com/atalaia/galera.html Acesso em: 20 de agosto de 2003.
- INSTITUTO PAU BRASIL. *Alexandre Rodrigues Ferreira*. Disponível em: <http://institutopaubrasil.org.br/quemosomos/alexandre.htm> Acesso em: 20 de agosto de 2003.
- NEIVA, A. (1922) *Esboço histórico sobre a Botânica e Zoologia no Brasil de Gabriel Soares de Souza (1587) a 07 de setembro de 1922*. São Paulo: O Estado de São Paulo. (Número comemorativo do Centenário da Independência)
- NUNES, J. H. (1996) *Discurso e instrumentos lingüísticos no Brasil: dos relatos de viajantes aos primeiros dicionários*. Tese defendida na Universidade Estadual de Campinas – Unicamp.

- _____. (2002) “Dicionarização no Brasil: condições e processos”. In: NUNES, José Horta, PETTER, Margarida. *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas/Pontes, p.99-122.
- ORGANISATION INTERNATIONALE DE NORMALISATION. (1990) *Terminologie – Vocabulaire*. Genebra. ISO, (Norme Internationale ISO 1087, 1990).
- SILVA, J. P. “Pressupostos metodológicos para uma edição crítica da obra de Alexandre Rodrigues Ferreira”. Disponível em: www.filologia.org.br/pereira/textos/pressupostos.htm Acesso em: 20 de agosto de 2003.
- VERDELHO, Telmo. (2002) “Dicionários portugueses, breve história”. In: NUNES, José Horta, PETTER, Margarida. *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas/Pontes, p. 15-64.

Palavras-Chave – terminografia, idéias científicas, história
Key-Words – terminography, scientific ideas, history

